

Crise da democracia e os sinais do governo Bolsonaro

Felipe Calabrez

O Estado de S. Paulo, 22 de janeiro de 2021

“ALGUMA COISA ESTÁ ACONTECENDO”. É com estas palavras que o cientista político Adam Przeworski inicia seu mais recente livro, *Crises da democracia*^[1]. Movido pelo incômodo com o clima político a nível internacional, marcado pela ascensão de partidos e líderes de extrema direita com suas pautas regressivas e xenófobas e discursos de ódio e intolerância, mas movido também pela avalanche de macrointerpretações que vaticinam o fim da democracia liberal, Przeworski prefere ser mais comedido. Com seu usual ceticismo em relação à pretensão corriqueira de parte das ciências sociais em conectar fenômenos e atribuí-los causalidades forçadas e sentidos históricos duvidosos, o cientista político busca um robusto conjunto de dados para nos guiar numa instigante investigação movida por perguntas simples e certeiras: O que está acontecendo com as democracias ocidentais? Se é que de fato algo está acontecendo. Onde procurar padrões e respostas? O que a história pode nos ensinar, dadas as contingências do presente? Como as democracias fracassam?

Quem já conhece os trabalhos anteriores do autor não estranhará seu estilo direto e a maneira como traduz questões complexas em perguntas simples, o que aparece desde o início em sua definição minimalista – os termos são seus – de democracia, entendida como “*um sistema no qual ocupantes do governo perdem as eleições e vão embora quando perdem*”. Assim entendida, a pergunta central que guia a investigação proposta no livro é se a democracia, enquanto mecanismo capaz de processar conflitos, estaria de fato ameaçada.

Os sinais de uma possível crise da democracia elencados por Przeworski incluem o rápido desgaste dos partidos tradicionais, o avanço de partidos e atitudes nacionalistas, racistas e xenófobas e o declínio que o apoio à democracia tem recebido em recentes pesquisas de opinião. As estatísticas comparativas levam o autor a explorar explicações de ordem econômica, cultural e política, sem conferir primazia a nenhuma delas. Isto é, fenômenos como estagnação da renda *per capita*, desemprego e insegurança no mundo do trabalho podem explicar parcialmente determinadas insatisfações canalizadas pela extrema direita que hoje explora o sentimento de “anti-sistema” e “anti-elites” no poder. Mas não explicam sozinhos. Tampouco explicam sentimentos de ódio aos imigrantes, o que possui causas mais profundas e culturais.

Sempre parcimonioso em suas conclusões, Przeworski pode decepcionar o leitor que busca grandes explicações sobre tudo isto que está aí. Seu método de análise sugere que tanto a História quanto um quadro estatisticamente estruturado do presente (que inclui comportamento eleitoral, níveis de renda, fragmentação partidária etc.) nos são insuficientes para predizer o futuro. E o ponto central que permeia todo o livro é uma preocupação sobre o futuro: Serão as instituições representativas e seus mecanismos de freios e contrapesos capazes de conter esse espectro de intolerância e autoritarismo que ronda a Europa, os EUA e também o Brasil?

Novamente, o autor não nos oferece uma resposta a essa questão. Nos oferece, no entanto – e é o que torna o livro mais interessante – caminhos para entendermos como a democracia pode ser destruída gradativamente, por vias institucionais e sem violar as Constituições. Medidas discretas, que isoladas parecem não significar nada de relevante e passar despercebidas, podem estar corroendo a democracia. Isso pode envolver “brechas autoritárias” presentes nas Constituições ou mesmo interpretações sobre a constitucionalidade de certas medidas, visto que as próprias cortes são, em última instância, instituições políticas. Esse processo é chamado de sub-repção. Aqui peço licença ao leitor para transcrever um breve e elucidativo trecho do livro:

A sub-repção é um processo pelo qual o governo adota certas medidas, nenhuma delas manifestamente inconstitucional ou antidemocrática, mas que acumuladas destroem pouco a pouco a capacidade da oposição de tirá-lo do cargo ou ampliam sua liberdade de formulação política (PRZEWORSKI, p. 211, 2020).

É cristalina a pertinência de *Crises da Democracia* para pensarmos o Brasil atual. Seguindo a orientação de Przeworski e buscando sinais de que há em curso no Brasil um processo de sub-repção, podemos fazer facilmente uma listagem contendo apenas os acontecimentos mais recentes que sinalizam uma tentativa de operar uma concentração do Poder Executivo e aumentar sua influência e controle sobre organizações armadas do Estado brasileiro. Senão vejamos:

Quarta-feira, 20 de janeiro: Dois dias após o presidente ter afirmado que “*quem decide se o povo vai viver em uma democracia ou ditadura são suas Forças Armadas*”, Bolsonaro discursa em solenidade do 80º aniversário do Comando da Aeronáutica na base aérea de Brasília, onde reafirma que as Forças Armadas são a “grande base” para sua “missão” à frente do país. Esse aceno às Forças Armadas não é ato isolado e é sintomático que tal aproximação se estreite sempre que o presidente se vê acuado diante de outros poderes e pressões da oposição. Tem-se aqui como agravante o fato de que membros que compõem o alto escalão do governo são ao mesmo tempo militares da ativa, isto é, possuem comando sobre tropas.

Terça-feira, 19 de janeiro: Uma nota do Procurador Geral da República, Augusto Aras, causou perplexidade geral. Diante da pressão para avaliar ilicitudes do Presidente da República, a PGR lançou nota não apenas se eximindo, ao atribuir a função de julgá-las unicamente ao Poder Legislativo, mas complementou com uma menção ao chamado *estado de defesa*: “o estado de calamidade é a antessala do estado de defesa” declarou a PGR. O chamado “estado de defesa” é um dispositivo constitucional (previsto no artigo 136 da Constituição) para casos de “instabilidade institucional”. Não sabemos a intenção e o cálculo de Aras ao jogar no ar tal possibilidade. Sua invocação, no entanto, não deve passar despercebida.

Sinais na mesma direção dos acima relatados abundam, como, por exemplo, o resgatado projeto de lei que altera o poder dos estados sobre suas forças policiais ao propor alterações na forma de nomear seus comandantes. A proposta, que sugere alterações na estrutura das polícias, embora parta do Parlamento, possui origem e é afinada com as pretensões do Governo Federal e na prática reduziria o poder dos governadores sobre suas polícias. Tal projeto, que passou quase despercebido, pode ser entendido no contexto da guerra aberta de Bolsonaro com os governadores e, o que é mais grave, na aparente tentativa de controle e influência sobre a Polícia Militar, braço armado do Estado.

A listagem acima se limita ao recém iniciado ano de 2021. Se estendermos o período e também a natureza das ações do governo Bolsonaro, vale mencionar os questionamentos públicos sobre a legitimidade do processo eleitoral, gesto inaceitável ao colocar sob suspeita o funcionamento da democracia mesmo em sua versão minimalista. Os efeitos de um gesto como esse são perigosos, como notaram recentemente os EUA ao temer por um momento a observância do preceito mais elementar do jogo democrático: Aquele que perde as eleições reconhece a derrota e vai para casa.

Vale aqui então frisar uma lição aprendida com experiências recentes e assim enunciada por Przeworski: “[...] *democracias não dispõem de mecanismos institucionais que impedem que elas sejam subvertidas por governos devidamente eleitos segundo normas constitucionais*”. Diante disso, importa o modo como seremos capazes de perceber os efeitos cumulativos de determinadas medidas no futuro e a capacidade de resposta das instituições frente às medidas autoritárias do presidente da república. Importa também a capacidade de mobilização da oposição e da população em geral, o que pode mudar o espaço de ação ou aumentar o risco das jogadas autoritárias para o próprio governo, fazendo-o recuar.

Os alertas feitos acima podem soar ingênuos para o leitor que lembra muito bem das falas do atual presidente sobre fuzilar o então presidente Fernando Henrique Cardoso, ou “metralhar a petralhada”, como dito em campanha presidencial de 2018. Há infindáveis exemplos da personalidade autoritária e violenta do atual presidente. Mesmo sendo notória, parte do país optou por ela. Não se trata, no entanto, de investigar sua personalidade – lamentável sob todos os aspectos – mas sim observar as jogadas do tabuleiro político e as possibilidades de resistência. Seguindo a parcimônia explicativa de Przeworski, não há inevitabilidades na história da política. Ela é marcada por contingências. Por isso não podemos nem afirmar que a democracia está condenada à morte no Brasil e nem afirmar que está tudo bem pois “as instituições estão funcionando”. Olhando para o Brasil, penso que Przeworski diria, a seu modo quase coloquial: As instituições podem até estar funcionando. Mas tem alguma coisa acontecendo. É preciso interpretar os sinais e se mover politicamente para evitar um desfecho autoritário. Antes que seja tarde demais.

[1] PRZEWORSKI, A. Crises da democracia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

Felipe Calabrez é doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)